

A Constituinte

Quem quer reduzir o mandato de Sarney



Se depender da vontade e da influência da maioria dos governadores eleitos em novembro passado, o mandato do presidente José Sarney vai durar os seis anos previstos pela atual Constituição. Quem constatou e revelou ontem essa tendência foi o ministro da Justiça, Paulo Brossard, que esteve com Sarney para relatar os resultados da sexta etapa de sua missão de constatar os novos governadores. Segundo o ministro, o desejo de "uma expressiva maioria" dos governadores é que o final de seus mandatos coincida com o término do mandato de Sarney.

Apesar disso, porém, crescem as especulações sobre um encurtamento do atual mandato presidencial, tanto que o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, se manifestou em Bagé-RS sobre o assunto. Ele não acredita que "frutifique" a campanha que pretendem promover setores oposicionistas de realização, este ano, de eleições diretas para a Presidência da República, reduzindo-se portanto o mandato do presidente Sarney para apenas três anos.

Mas, considerando "excessivos" mandatos de seis anos, Aureliano ponderou que os constituintes "difícilmente" deixarão de fixar o mandato em quatro ou cinco anos, "conforme a nossa tradição". E aproveitou para elogiar Sarney: "Nós estamos vivendo num regime institucional. O presidente Sarney está realizando um grande e sincero esforço para que se processe a transição política em termos democráticos, e a nossa contribuição deve ser no sentido de ajudar".

Pouco antes, o ministro — considerado o provável candidato do PFL à sucessão de Sarney — descartou qualquer possibilidade de retrocesso institucional decorrente do agravamento da crise econômica. "A Aliança Democrática", disse ele, "foi responsável pelo nascimento da Nova República. É importante desenvolver um esforço para que, preservando a Aliança Democrática, tenhamos condições de consolidar a vida democrática do País".

Aliança difícil
Essa preservação da Aliança Democrática, no entanto, parece cada vez mais distante, inclusive

em função da disputa pela sucessão de Sarney. Ontem, por exemplo, o senador Ruy Bacerlar (PMDB-BA) advertiu que o PMDB precisa apoiar sua proposta de realização de eleições diretas para presidente 120 dias depois da promulgação da nova Constituição. Caso contrário, disse ele, o partido poderá ser ultrapassado pelo PFL e pelo PDT na sucessão presidencial.

Para Bacerlar, a antecipação da eleição presidencial é irreversível e o PFL e o PDT já têm seus candidatos, respectivamente Aureliano Chaves e Leonel Brizola. (Aureliano, entretanto, em Bagé, negou que esteja procurando consolidar sua candidatura: "Eu não tenho nenhuma preocupação com candidatura", garantiu.)

Ruy Bacerlar acha que a eleição do sucessor de Sarney será antecipada não apenas porque o desempenho do governo está ruim e a crise econômica aumenta a insatisfação na área política e social, mas também porque seria uma boa oportunidade para encerrar o ciclo do autoritarismo e da transição, a partir de nova Carta.

O senador disse ter consciência de que o Palácio do Planalto não recebeu bem sua proposta, que também não foi, segundo ele, apoiada pelo presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães, candidato natural do PMDB à sucessão de Sarney. "Se o PMDB não encasar objetivamente o problema, acabará ajudando Aureliano e Brizola", observou o senador.

Assunto nos EUA

A sucessão do presidente Sarney também foi preocupação do jornal norte-americano *New York Times*, que em editorial preconizou a necessidade de se antecipar a eleição presidencial no Brasil, como meio de resolver a crise. O editorial, aliás, foi citado ontem no plenário da Constituinte pelo líder do PDT, Amaury Muller (RS), juntamente com o ditado popular segundo o qual "quando a esmola é demais o santo desconfia". É que, no entender de Muller, quando aquele jornal propõe a mesma coisa que seu partido propôs há muito tempo, é porque "por trás disso deve haver interesses escusos".

Reformas-já: os xiitas vão ter que esperar mais.

O regimento interno permanente para a Assembleia Nacional Constituinte não vai deixar nenhum dispositivo que permita alterações na atual Constituição — antes da promulgação da nova Carta — usando-se o quórum de maioria absoluta garantido à Constituinte, como querem, e estão pressionando deputados do PMDB identificados como o grupo "xiita". Foi o que assegurou o relator do regimento, o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, para quem a questão da soberania não pode ser decidida "por um regimento de regras adjetivas".

Fernando Henrique Cardoso negou pressões dentro do PMDB ou da área governamental para que ele rejeite as emendas propostas por constituintes pretendendo a revogação do chamado "entulho autoritário" — a ausência das prerrogativas parlamentares e as medidas e estado de emergência. O senador garantiu que houve ponderações de que não se pode colocar no regimento uma matéria que foge a toda tradição constitucional.

Segundo o líder do PMDB, não existe nenhuma base legal que assegure à Assembleia Nacional Constituinte mudar a atual Constituição antes da promulgação de uma nova Carta e pelo quórum de maioria absoluta. "A Constituição só pode ser mudada pelo Congresso Nacional e pelo quórum de dois terços", advertiu o relator das emendas ao regimento.

Na realidade, segundo avaliação feita ontem pelo líder governista Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) ao sair de audiência com o presidente Sarney, 85% dos constituintes são favoráveis ao funcionamento da Câmara e do Senado apenas em caráter excepcional. Isto é, já estaria sendo absorvida a idéia de que as duas Casas não devem exercer atividades ordinárias no momento, para não atrapalhar o funcionamento da Constituinte.

Hoje à noite, Sant'Anna disse que se reunirá com o grupo "Pró-Soberania", para consolidar idéias. O recesso ordinário do Congresso, segundo o deputado adiantou ontem, já seria uma idéia absorvida na Câmara. Desse modo, as



Fernando Henrique

duas Casas só se reuniriam a critério das duas Mesas diretoras, que avaliariam as questões de alta relevância que deveriam ser levadas a exame da Câmara e do Senado.

O presidente Sarney está ciente dessa tendência na Constituinte, segundo afirmou Sant'Anna, argumentando, contudo, que não iria revelar os assuntos tratados na audiência com o chefe da Nação. De qualquer forma, adiantou que fez um relatório para o presidente Sarney sobre todas as conversas que teve no final de semana. Questões ligadas ao regimento da Constituinte, número de comissões, condução do referendo popular, foram alguns assuntos tratados nas reuniões das quais o deputado participou nos últimos dias, segundo informou.

Emergência

Fernando Henrique Cardoso disse que as medidas de emergência, por exemplo, sempre citadas como um constrangimento ao trabalho da Assembleia Constituinte, não serão acionadas, logo, não haverá constrangimento, porque "tem uma condição política que vai garantir que elas não valem, que não serão usadas. Nós somos maioria (PMDB e PFL) e podemos garantir isso. Além do mais, a soberania é limitada lado a lado, o que nos garante que não haverá constrangimentos: não poderemos ser presos, por exemplo", disse o relator.



Sant'Anna

nia é limitada lado a lado, o que nos garante que não haverá constrangimentos: não poderemos ser presos, por exemplo", disse o relator.

A questão da soberania, segundo Fernando Henrique Cardoso, é bem diferente do enfoque dado pelo grupo "xiita", segundo ele, quem é soberano "é o povo, que nos delegou poderes nos elegendo deputados e senadores e constituintes ao mesmo tempo, e se a Constituinte é livre e soberana é porque ela tem normas, se não seria o despotismo, o arbítrio".

A proposta de referendo popular parcial ou total sobre a nova Constituição também será um tema que o relator do regimento interno vai deixar de lado, embora não totalmente: ele pretende fazer uma recomendação à presidência da Constituinte para que o referendo seja discutido, avaliado e até mesmo aprovado por uma das nove comissões constitucionais temáticas que ele vai sugerir sejam criadas — a comissão de sistematização (ou redação). Ele entende que o referendo não é matéria regimental, mas constitucional, e, portanto, assim deve ser resolvida.

Pessoalmente favorável ao referendo, o senador Fernando Henrique Cardoso disse que está ama-

dureando a idéia de que o referendo seja feito sobre temas — e não por toda a Constituição — que não tenham obtido a aprovação de pelo menos dois quintos da Constituinte, que seriam, então, postos para decisão popular.

A possibilidade de o cidadão poder apresentar projetos à Constituinte foi acatada pelo relator, mas com uma condicionante: terão que ser, no mínimo, de autoria de trinta ou cinquenta mil pessoas, com o número de seus respectivos títulos de eleitor e que sejam apresentados por no mínimo três entidades representativas e organizadas.

Fernando Henrique Cardoso definiu, após reunião no domingo à noite com Ulysses Guimarães, Frisco Viana, Pimenta da Veiga, Luiz Henrique (o novo líder do PMDB) e o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, que serão nove, e não mais cinco, as comissões que atuarão na Constituinte, na formulação do anteprojeto de Constituição. Cada comissão terá 63 membros (e delas não poderão participar os membros da mesa da Constituinte), enquanto a comissão de sistematização contará com 49 membros e mais os oito presidentes e os oito relatores das demais comissões.

Imprensa

A divulgação diária dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte pelo rádio e pela televisão ainda não está decidida pelo relator Fernando Henrique Cardoso, que tem em mãos 76 emendas específicas sobre o assunto, e dentro delas a que menos pede tempo quer cinco minutos em horário nobre noturno.

O relator apresentou esses dados a representantes da Abert (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão). Depois, aos repórteres, ele disse que a Abert está assustada com o que pode acontecer, mas garantiu: "O problema não é o que a Abert está pensando, mas como vou fazer para atingir o objetivo de divulgar os trabalhos da Constituinte". Ele disse ainda que se a Abert pressionar, os constituintes têm um poder bem maior de pressão.



O líder do PMDB

O líder do PMDB ainda não sabe de nada. Mas acha que dará certo.

Se o governo está efetivamente elaborando novo pacote econômico, planejando decretar a moratória como forma de equacionar o problema da dívida externa ou preparando a reforma ministerial, as medidas ainda não chegaram oficialmente ao novo líder do PMDB na Câmara, Luís Henrique, que somente hoje vai avistar-se com o presidente José Sarney. Ontem, o deputado catarinense explicou à imprensa não ter informações a respeito desses assuntos e considerou "perfeitamente" normal que o líder da maioria na Casa, Carlos Sant'Anna, esteja se reunindo com os ministros da área para discutir a crise econômica.

Luís Henrique previu que terá bom relacionamento com a liderança da maioria, observando que as duas funções são complementares. Ele explicou que o deputado Carlos Sant'Anna mantém entendimentos com os parlamentares em nome do governo, enquanto a sua tarefa é levar essas questões à bancada e depois transmitir ao executivo a posição dos peemedebistas.

Apesar de não dispor de nenhuma informação sobre as questões mais importantes do momento, o líder peemedebista disse estar certo de que o governo não adotará nenhuma medida importante no setor econômico sem conhecimento prévio do PMDB. Luís Henrique adiantou que, no próximo dia 25, o ministro Dilsen Funaro comparecerá a uma reunião da bancada para discutir os problemas econômicos que afetam a vida do País.

A bancada, frisou o líder, tem a sua vivência e poderá ser copiosa na apresentação de alternativas. Durante 21 anos fomos competentes no exercício da oposição e conseguimos destruir o regime autoritário sem um só tiro. Agora, somos poder e co-responsáveis. Portanto, devemos buscar alternativas sem perder nossa condição de crítica construtiva — disse.

Indagado sobre o que sabia a respeito da anunciada disposição do governo em decretar a moratória, Luís Henrique afirmou não ter

ainda o Planalto definido opções. Contudo, lembrou que, em seu discurso logo depois de ter sido eleito líder, defendeu o poder de retaliação do Brasil, para obter uma negociação razoável sobre a dívida externa. Quanto à reforma ministerial, garantiu não estar na ordem do dia e desconhecer o conteúdo das medidas econômicas que estão por ser adotadas.

Conforme explicou, a bancada ainda não adotou posição em relação ao novo pacote econômico porque não conhece seu teor. Luís Henrique informou que na conversa que manterá hoje com o presidente Sarney vai abordar as questões dos juros, da dívida externa e outras igualmente importantes.

Soberania

O novo líder do PMDB informou ser pensamento das lideranças partidárias que a Câmara, o Senado e o Congresso somente devem reunir-se extraordinariamente, convocados pelas respectivas Mesas, para tratar de matéria urgente ou do interesse da segurança nacional e nunca em horário coincidente com o funcionamento da Constituinte. Conforme o parlamentar, outra das diretrizes aprovadas prevê a promulgação da nova Carta no dia 7 de setembro.

Para apressar os trabalhos da Assembleia, o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, convocou um esforço concentrado para os próximos sábado e domingo, quando deverá ser discutido o regimento interno. Luís Henrique disse ainda que, na mesma linha de urgência dos trabalhos, não haverá recesso parlamentar em junho. A questão da apresentação de um substitutivo ao regimento será examinada hoje, durante uma reunião com as lideranças partidárias.

Vice-líder

O deputado João Hermann, do PMDB paulista, que disputou o cargo de líder, é o primeiro vice-líder anunciado por Luís Henrique e um dos três que o assessorará diretamente. Os dois outros serão anunciados ainda hoje.